Expurgo de publicações em bibliotecas especializadas

Weeding in special libraries

PAULO TARCISIO MAYRINK *

Revisão de conceitos e critérios que regem a política de expurgo de material bibliográfico, com especial enfoque para bibliotecas especializadas. O expurgo deve ser efetuado visando a economia de espaço e melhor prestação de serviços aos usuários. O bibliotecário encontra, porém, alguns obstáculos para o cumprimento da tarefa, sofrendo pressões psicológicas decorrentes de sua própria formação, além de ingerência indebita de administradores superiores e técnicos usuários que resolvem opinar sobre o que deve ser mantido no acervo. Essas barreiras devem ser superadas pelo profissional consciente e criterioso, conhecedor das finalidades de sua biblioteca e de sua clientela. Será útil também a participação dos usuários na avaliação de publicações.

Em síntese, o expurgo avalia as condições físicas e os valores quantitativos e qualitativos das coleções, iniciando-se com a seleção de material recebido, principalmente duplicatas, doações espontâneas e obras obsoletas.

* Professor do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação — UNESP — Campus de Marília, SP.

1. INTRODUÇÃO

Manter uma coleção atualizada e atuante em biblioteca, no sentido de poder sempre atender às necessidades de seus usuários, constitui tarefa tão importante quanto a de formar uma coleção adequada.

A importância do usuário foi reconhecida e testemunhada através da proliferação de estudos publicados mais intensamente a partir da década de 70, conforme documenta Pinheiro (7), cujo próprio estudo forma uma importante e atualizada revisão do assunto.

Para se adequar a coleção ao usuário é necessária uma avaliação de ambos, e Figueiredo (2) reúne esses estudos de maneira didática, precisa e consciente, suprimindo uma lacuna na literatura biblioteconômica brasileira.

A formação de coleção, com estudo das mais recentes teorias da delicada e complexa tarefa de seleção, é abordada também por Figueiredo (3) e Miranda (4), para mencionar apenas dois trabalhos atualizados, publicados no Brasil. Ambos apresentam literatura relevante sobre o assunto.

Dentro do processo de desenvolvimento de coleção, situa-se o expurgo de material, ao lado do estudo do usuário, seleção, aquisição e avaliação da coleção, segundo conotação dada por Evans (1). Para Mosher (6), entretanto, o expurgo, ou depuração, «é uma fase da avaliação da coleção». Essa pequena divergência é de somenos importância e não cabe aqui discuti-la, sobretudo porque, em qualquer caso, o expurgo está implícito na atividade mais abrangente de formação de coleção.¹

1. Quanto à terminologia, usamos tanto **expurgo**, traduzindo o termo em inglês «weeding», a que Figueiredo (3) se refere como desbastamento, quanto **descarte**. Evans (1) faz distinção entre os termos «weeding» e «purging»: o primeiro, referindo-se ao descarte e remoção

2. O PROBLEMA

O processo de expurgo ou depuração de uma coleção consiste em reciclar o material armazenado, a fim de descartar documentos em duplicata e obsoletos, já que não interessam aos usuários.

Depurar uma coleção é, como definiu Evans (1) literalmente «remover a publicação ou documento e todos os seus registros de uma biblioteca, por não mais ter utilidade ou não ser mais requisitado ou necessário».

O expurgo e o subsequente descarte de materiais fazem parte da política de aquisição, e devem ser efetuados com critério e bom senso, por bibliotecário consciente e responsável, segundo a realidade de cada biblioteca (Miranda, 5).

A atividade de expurgo deve, pois, estar definida na política de aquisição de toda biblioteca. Para Evans (1), o processo de depuração da coleção deve fazer parte integrante da política de seleção. Tendo, ambas, a mesma função, são partes do mesmo processo de desenvolvimento da coleção.²

Antes de se implantar um programa de expurgo, deve-se fazer uma avaliação da coleção, constituída basicamente de:

- análise da atual situação
- consideração de possíveis alternativas
- implicações no funcionamento das bibliotecas
- colaboração de usuários

de itens indesejáveis, e o segundo, envolvendo a remoção. Segundo o Novo Dicionário Aurélio, remoção implica limpeza ou correção, podendo também ser sinônimo de descarte, termo este já consagrado em biblioteconomia como sendo a eliminação do material, seja por doação, permuta ou destruição pura e simples.

2. Para uma política de seleção e descarte, ver Miranda (5) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (8).

- tipo de bibliotecas envolvidas
- tipo de material a ser expurgado
- custo do programa.

A política de expurgo nem sempre é praticada pelas bibliotecas. O bibliotecário, geralmente com receio de ferir o princípio básico (e errôneo) de que é função primordial da biblioteca, notadamente das de pesquisa, coletar e preservar todo material informativo de interesse, não realiza expurgo. Mas, desde que a biblioteca adote uma política normalizada em documento de seleção ou desenvolvimento de coleção, esse temor descabido tende a desaparecer.

Uma seleção consciente e planejada diminui o problema do expurgo e controla o crescimento da coleção. Assim, deve o bibliotecário selecionar criteriosamente todo material que chega à biblioteca, antes de processá-lo. Evans (1) lembra que «uma política constante de refinamento da coleção é muito mais eficiente se praticada com freqüência quase diária. Bibliotecários preguiçosos, assim como jardineiros, por exemplo, deixam o problema de limpeza crescer a ponto de negligenciá-lo».

2.1. Bibliotecas Especializadas

Nas bibliotecas especializadas, a política de expurgo é mais latente, uma vez que as suas próprias características definem os fatores que exigem uma reciclagem freqüente do acervo. Abrigando material técnico específico, com alto índice de obsolescência, a biblioteca especializada existe para atender às necessidades momentâneas dos usuários.

Uma vez utilizada a informação solicitada para atender a um projeto ou a uma pesquisa, perde-se o interesse pelo documento, que dificilmente será procu-

rado por outro leitor. Vem então a dúvida para o bibliotecário: preservar ou descartar? Cabe aqui o bom senso. Uma boa medida, antes de qualquer decisão, será ouvir a opinião do usuário, um técnico da organização ligado ao assunto do documento. Ele poderá dizer se a informação virá a ser re-utilizada ou não.

Outra norma prudente é considerar a finalidade da biblioteca e da instituição à qual está ligada. Se atua como depositária de um assunto, se existe isoladamente ou faz parte de uma rede, se existe biblioteca congênere na região onde está localizada. Quanto à instituição, ter em vista a atividade a que se dedica, se é uma atividade comercial que se renova constantemente, se é uma pesquisa industrial ou científica que se prolonga por anos a fio ou se renova ano a ano, ou ainda se é uma atividade social que utiliza informação mais perene, como hospitais, clínicas, sanatórios e prisões.

2.2. **Motivos do Expurgo**

As razões, classicamente estabelecidas para se proceder ao expurgo, são economia de espaço, melhoria de acesso ao material e economia de verbas, conforme a argumentação de Evans, apresentada no item anterior.

Realmente, o problema de espaço é sintomático em todas as bibliotecas. No Brasil, ele se torna ainda mais grave, principalmente no caso de bibliotecas especializadas, que geralmente funcionam em dependências improvisadas ou adaptadas. Outras, pertencentes a grandes empresas ou órgãos estatais, já são instaladas em prédios próprios. Algumas, entretanto, por serem mal planejadas, apresentam logo o problema de espaço, sendo necessário descartar os itens em desuso. Além disso, o custo de armazenamento e de manutenção do material nas estantes e arquivos, e o preço de equipamentos para

os diferentes materiais como folhetos, separatas, plantas, fotografias, **slides**, filmes, microfilmes, microfichas e outros é altíssimo, e o bibliotecário terá de racionalizar os gastos ou justificar, junto aos dirigentes de sua empresa, a necessidade de novo mobiliário.

Outra razão para se descartar material fora de uso é a melhoria do acesso ao material, provendo melhores serviços aos usuários. As bibliotecas especializadas têm público muito seletivo e se preocupam com um determinado tipo de material e assunto. Por isso devem primar pela qualidade, não pela quantidade. E, se estão instaladas em salas pequenas, não podem prestar um bom serviço. Uma biblioteca pequena, mas com acervo atualizado, reciclado, servirá melhor aos clientes, mesmo que contrarie a política da instituição, que, muitas vezes, quer apresentar uma biblioteca grande em quantidade.

Não se pode afirmar que o serviço de descarte traga economia financeira, pois todo serviço tem seu preço. Deve-se, portanto, analisar se é mais barato manter o material no acervo do que eliminá-lo. A seleção do material a ser descartado, a remoção de seus registros, o transporte para outro local ou bibliotecas, tudo irá acarretar despesas, mas o que deve ser considerado é o aprimoramento do serviço prestado e o acesso à informação.

2.2. **Obstáculos à Operação de Expurgo**

Evans conta uma espécie de anedota, para explicar que o descarte tem no fator psicológico uma barreira muito séria: diz o autor que «um professor de Seleção numa escola de biblioteconomia usava um teste para determinar se uma pessoa seria ou não um bom bibliotecário. O teste consistia em se levar o candidato a um consultório médico, medindo-se a sua pressão arterial

logo que ali chegasse. Em seguida, seria entregue a ele um livro novo, com a recomendação de que rasgasse uma página e jogasse o livro no lixo. Se a pressão do candidato subisse, não serviria para ser bibliotecário».

Infelizmente, sabe-se que, na prática, duas premissas vigoram na política de descarte:

1) por mais estranha que seja a publicação, será assim mesmo de interesse de, pelo menos, uma pessoa no mundo;

2) não importa por quanto tempo a biblioteca mantenha essa publicação na coleção e poderá nunca ser procurada nesse período, mas basta descartá-la, para que alguém a procure. A máxima do descarte parece, pois, ser: o que para uma pessoa constitui lixo, para outra será uma preciosidade.

Ainda é Evans quem aponta as mais comuns excusas para não se praticar o descarte ou depuração em uma biblioteca:

- a) falta de tempo;
- b) receio de cometer erros;
- c) adiamento do problema;
- d) relutância em jogar um livro fora.

Esses são, realmente, os problemas que o bibliotecário sente, na prática, com relação ao descarte. A relutância em se desfazer de uma publicação alia-se ao medo de se cometer um engano e são, por certo, pressões psicológicas que sofre o profissional. Mas podem ser superadas, se o bibliotecário estiver consciente da finalidade de sua biblioteca, do público que atende e, principalmente, se goza de inteira liberdade de ação na sua empresa, em seu «métier». O bibliotecário não deve sofrer pressões de seus superiores, que muitas vezes

opinam ou, o que é pior, ordenam mesmo, que tal tipo de material deve ser guardado. Um exemplo típico é o de recorte de jornais, tão rapidamente obsoletos, mas que muitos técnicos, com poderes superiores sobre uma biblioteca especializada, acham que devem ser arquivados. A informação contida em jornais, em sua maioria notícias curtas, divulgadas, em grande parte, na imprensa regional ou nacional, tem um caráter informativo temporário, momentâneo. Deve ser divulgada entre os técnicos, através de serviço de alerta. Quem tiver interesse específico em algumas notícia, providenciará sua cópia, ou tomará suas notas. Somente numa biblioteca especializada, com acervo muito reduzido, o bibliotecário terá tempo e espaço para se dedicar ao arquivamento de notícias de jornais. Se a empresa tem interesse em arquivar notícias sobre si mesma, deverá ter um departamento específico para cuidar desse tipo de arquivamento.

O bibliotecário deve saber usar a opinião dos frequentadores para fazer uma limpeza periódica no acervo da biblioteca, tendo, porém, o cuidado de não permitir que um usuário vise a interesse particular ou específico pelo material. Cuidar-se-a, igualmente, que a política dos dirigentes da empresa, com idéias de que a quantidade é aspecto importante numa biblioteca, em detrimento da qualidade, influencie na depuração. Bibliotecários também podem pensar assim, e, como diz Evans, «coleccionar tudo sem jogar nada fora é mais fácil do que formar uma coleção criteriosa, selecionando e descartando material».

2.5. Conseqüências do Expurgo

Se a biblioteca especializada é a que, teoricamente, mais tem problemas de espaço, será, então, em contrapartida, a que mais se beneficiará de uma política sis-

temática de expurgo. Porque, a longo prazo, toda biblioteca necessita de novos espaços. E a biblioteca especializada, pela sua característica peculiar, é a que tem maiores possibilidades de fazer um expurgo periódico e regular, sem medo, pois possui muito material obsoleto, que se desatualiza logo. Material que pode ter sido solicitado para um projeto de engenharia, para determinada pesquisa científica, ou, ainda, para um projeto industrial, perderá, dentro de pouco tempo, sua razão de estar na biblioteca, podendo ser descartado ou remanejado para bibliotecas departamentais, quando for o caso.

O bibliotecário tem de estabelecer critérios para o descarte, e contar com uma efetiva participação dos usuários. Terá também de lutar contra a obstinação de muitos cientistas e pesquisadores que não gostam da idéia de descarte, por acharem que algum dia precisarão do material. E o pior é que precisam mesmo. É descartar-se o material e ele ser procurado. Daí a necessidade de haver muito critério e, principalmente, uma política definida em manual, para se usar como mecanismo de expurgo. Vale também recorrer aos usuários mais experientes, conhecedores das várias áreas da comunidade científica a que serve a biblioteca. Algumas das vantagens que podem ser argumentadas é a melhoria do acesso às publicações, além do aprimoramento do acervo, tornando-o mais atual e mais condizente com os objetivos de estudo e pesquisa por eles realizados.

3. Critérios para o Expurgo

Para Evans, o processo de expurgo não é feito da noite para o dia e não pode ser realizado isoladamente. Devem ser considerados alguns fatores essenciais, como os objetivos da biblioteca, a verba disponível para aqui-

sição de títulos mais satisfatórios, o funcionamento da biblioteca como depositária, e a avaliação da futura inutilidade de documentos.

Uma relação mais abrangente de critérios para expurgo de material bibliográfico foi elaborada por H.F. McGraw, citada por Evans, em cujo capítulo se baseia este trabalho:

- 1) duplicatas;
- 2) doações espontâneas não solicitadas e indesejáveis;
- 3) livros obsoletos, principalmente em ciência;
- 4) volumes de edições substituídas;
- 5) livros sujos, rasgados, infestados, deteriorados, etc.;
- 6) livros com impressão miúda, de papel tipo bíblia, faltando páginas;
- 7) volumes isolados de coleções sem uso ou desnecessárias;
- 8) periódicos sem os respectivos índices.

Estes critérios, idealizados para bibliotecas americanas de várias categorias, podem ser adaptados para algumas bibliotecas especializadas brasileiras. Alguns são genéricos e, naturalmente, válidos para bibliotecas de qualquer natureza. Mesmo assim, deve ser analisado caso por caso:

duplicatas: são os primeiros itens a serem eliminados, a não ser que a biblioteca tenha interesse ou necessidade de manter mais de um exemplar;

doações espontâneas: são documentos não solicitados e indesejáveis. Devem ser descartados os que não interessarem; mas é sempre bom examinar cuidadosamente o lote de doações, pois sempre pode haver algum de interesse;

livros obsoletos: material ultrapassado que deve ser descartado. Se houver dúvida, é aconselhável consultar um técnico da área. É um julgamento subjetivo, e há os que não têm escrúpulos em eliminar, como há os que hesitam e mandam conservar a publicação. Nesse caso, com bastante critério, o bibliotecário deve tomar a decisão final;

livros sujos, infestados, deteriorados ou rasgados: não é um critério aplicável em países pobres ou a bibliotecas com acervo deficiente. Dependendo da natureza da publicação, é preferível tê-la suja ou estragada, recuperá-la da melhor forma possível do que prescindir dela. O critério da análise repousaria mais sobre o conteúdo da obra do que sobre o seu aspecto físico. Usando bom senso, o bibliotecário conservará, naturalmente, publicações que tenham condição de uso;

livros com impressão miúda, ou em papel mais perecível, tipo bíblia e outros: também um critério que não acredito se aplicar à nossa realidade, a não ser a uma biblioteca especializada de empresa de amplos recursos financeiros, que possibilitem a reposição da obra por outras de melhor apresentação;

volumes avulsos de coleções: são itens que naturalmente ficam na biblioteca, desde que o seu conteúdo seja de interesse específico e que não dependa dos demais volumes da coleção;

periódicos sem índices: não seria igualmente um bom critério de descarte para a realidade brasileira, onde cada biblioteca procura completar suas coleções lentamente e com dificuldades, através de listas de duplicatas, ou através de compras esporádicas. O índice não importa tanto, mas sim, ter os volumes completos.

Os critérios para expurgo encontrados hoje na literatura são muitos, mas Evans condensou três aspectos básicos:

- condições físicas da publicação;
- valor qualitativo da coleção;
- valor quantitativo da coleção.

A opinião de muitos autores é de que o fator **condições físicas da publicação** não deve ser levado em conta para o expurgo. Se o livro está estragado pelo uso, deve ser recuperado, e somente em caso extremo deverá ser substituído por outro exemplar. Eliminado, só se estiver irrecuperável. A conclusão é óbvia, e é uma experiência corriqueira de qualquer biblioteca. Livros estragados, suscetíveis de eliminação, são aqueles danificados pela ação de insetos e do meio ambiente, como umidade, luz direta do sol, calor, etc.

Usar o **valor qualitativo** para expurgo não é um processo eficiente, como escreve Evans, por ser um julgamento subjetivo e, portanto, sujeito às mesmas barreiras psicológicas que afetam o bibliotecário que fez a seleção, hesitando, anos mais tarde, em eliminar o material. O melhor remédio é criar uma comissão que decida sobre a eliminação do título ou não, consultando o usuário. É uma medida que, na prática, iria demandar muito tempo e burocracia; pouco recomendável, portanto, para a nossa realidade. A não ser que a biblioteca seja especializada, pequena e com um público que participe efetivamente de sua vida, interessado em sua existência dentro da organização. Caso raro, mas existe.

Finalmente, Evans refere-se ao método que analisa o **uso quantitativo** do livro como processo decisório para se proceder ao expurgo. Muitos estudos foram até então realizados para se encontrarem dados estatísticos que justifiquem a seleção e expurgo de material bibliográfico. A frequência de uso e de citação, tanto da obra como de seus autores em trabalhos científicos, ou, ainda, de títulos, tem sido amplamente divulgada na literatura biblioteconômica nacional e internacional. Porém, adotar,

na prática, esses critérios numa biblioteca brasileira, exige certa coragem, além de se ter de levar em consideração vários fatores, relacionados com o pouco hábito de leitura de nossos técnicos, e seu conseqüente baixo índice de trabalhos publicados. Se se decidir, por exemplo, por um estudo de uso do material na biblioteca, com base numa análise das datas de empréstimo, os resultados podem ser baixíssimos, se não catastróficos, em bibliotecas especializadas ou mesmo universitárias. Mas aplicando-se esse método poderá se conseguir um resultado lógico. Restará determinação para se fazer o expurgo ou corte de títulos de uma lista de assinaturas. Não deve haver hesitação, uma vez definida a política de seleção e expurgo, pois a sua finalidade é reciclar e refinar a coleção. Manter um acervo atualizado, com material pertinente, com um alto índice de uso, só irá beneficiar o usuário e a organização. Desta forma, a biblioteca especializada estará desempenhando seu verdadeiro papel dentro da empresa, e não há razão para se deixar vencer por quimeras profissionais, um falso bibliofilismo que leva o bibliotecário desavisado a julgar que todo material informativo deve ser conservado, toda informação resguardada. A informação deve estar, sim, preservada e divulgada, porém, no lugar certo e no momento adequado.

Os critérios para o descarte dependem do espaço, dos recursos para a aquisição e do tipo de biblioteca, assim como o refinamento e a ampliação dependem de fatores inerentes à realidade da própria biblioteca, como afirmou Miranda (5).

Com relação à participação do bibliotecário no descarte, Miranda diz que sua ação vai depender de «sua capacidade, bom senso e poder visionário», sendo que «um bibliotecário medíocre, personalista, caprichoso, reúne em sua biblioteca um material medíocre, caprichosamente...»

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho sintetiza contribuições e conceitos que permitem uma melhor assimilação dos fatores que devem pesar no desempenho do expurgo de material bibliográfico. A abordagem do tema foi voltada para bibliotecas especializadas, onde se identifica uma maior obsolescência da informação e a reciclagem do acervo é mais premente.

As razões do expurgo vão desde a economia de espaço e de verbas, à melhoria de serviços, com refinamento de coleção, visando oferecer material mais pertinente às expectativas da clientela.

Várias barreiras se opõem à execução da tarefa de descarte, a começar por pressões psicológicas que acometem o bibliotecário, bem como a interferência prejudicial de chefes e outros superiores que, muitas vezes, se põem a opinar sobre o que deve ser conservado no acervo. O profissional consciente das finalidades de sua biblioteca e do público que atende, não terá, entretanto, dificuldades em superar essas barreiras. Deverá ainda trabalhar em perfeita harmonia e entrosamento com os usuários, especialmente aqueles de maior experiência e que usam a biblioteca com maior freqüência.

O expurgo começa com a própria seleção de material recebido pela biblioteca, analisando-se as duplicatas, doações espontâneas, obras obsoletas, e as condições físicas das publicações.

Review of some concepts and criteria for weeding library materials, with special emphasis in special libraries. The weeding aims are to save space and to improve service to the users. The librarian will face some barriers in weeding materials, like psychological pressures and pressures from many governing board and patrons, which like to state which publications are to be kept in

the collection. To surpass these barriers, it suffices to the librarian to be conscient, criterious, and to know well the library aims and the clients needs. Also it is recommended to hear the user's opinion about the evaluation of publications.

In short, weeding analyses the physical condition, quantitative and qualitative worth of collection, starting with the selection of materials received through unsolicited and unwanted gifts and duplicates.

BIBLIOGRAFIA

1. EVANS, G. Edward. «Weeding the collection». In: — **Developing library collections**. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1979. c. 9, p. 216-33.
2. FIGUEIREDO, Nice. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília, ABDF, 1979. 96 p.
3. ————. Seleção de livros. In: MACHADO, U. D., ed. **Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação**, Brasília, ABDF, 1982. v. 1, c. 1, p. 1-48.
4. MIRANDA, A. Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras; idéias para um modelo operacional. In: **Estruturas de informação e análise conjuntural**. Brasília, Thesaurus, 1980. c. A 5, p. 63-85.
5. ————. **Seleção, aquisição e descarte de livros; um texto para principiantes**. (Palestra proferida no II Curso de Biblioteconomia e Documentação Agrícola, Universidade Federal de Viçosa, set. 1974. Não publicado).
6. MOSHER, P. H. Collection evaluation in research libraries; the search for quality, consistency, and system in collection development. **Library Resources & Technical Services**, 23 (1): 16-32, 1979.
7. PINHEIRO, L. V. R. **Usuário-informação: o contexto da ciência e da tecnologia**. Rio de Janeiro, LTC-Livros Técnicos e Científicos, — IBICT, 1982. 66 p.
8. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central. Grupo de Trabalho em Administração de Bibliotecas. **Seleção e descarte de coleções**. Porto Alegre, 1980. 20 p. (Padrões para os Serviços Bibliotecários na UFRS, 8).